

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DESER
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR/ MDA
(Convênio MDA 112/2006)

A CADEIA PRODUTIVA DO BABAÇU: ESTUDO EXPLORATÓRIO

Curitiba, maio de 2007

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS
Monitoramento da Conjuntura de Mercado das Principais Cadeias Produtivas Brasileiras.
(CONVÊNIO MDA Nº. 112/2006)

DIRETORIA

Presidente:

Luis Pirin – STR – Francisco Beltrão - PR

Vice-Presidente:

Cláudio Risson – Cresol Central/SC e RS

1º Secretária:

Sandra Nespolo Bergamin – Fetraf - Sul/CUT

2º Secretário:

Marcio Luiz Cassel – STR de Sarandi/RS

1º Tesoureiro:

Genês da Fonseca Rosa - Cresol Chapecó/SC

2º Tesoureiro:

Ademir Luiz Dallazen - UNICAFES/PR

Membros Efetivos:

Avelino Callegari - ASSESOAR/PR

Valdir Zembruski - STR de Xanxerê e Região/SC

Gervásio Plucinski - COORLAC/RS

Augusto V. Pinto - STR de Mallet/PR

Bernardo Vergapolem - Ecoaraucária/PR

Severine Carmem Macedo - Fetraf Brasil/CUT

Membros Suplentes:

Rinaldo Segalin - Ascooper/SC

Denise Knereck - SINTRAF de Laranjeiras do Sul/PR

Adir Fiorese - Cresol-Baser/PR

Conselho Fiscal Efetivo:

Celso Prando - STR Sananduva/RS

Manoel Cardozo - Sintraf Itaperuçu/PR

Vera Lucia Cecchin Dapont - STR Marmeleiro/PR

EQUIPE INTERNA

Alvori Cristo dos Santos

Área: Produção Familiar e Mercado, Redes e Sistemas

Amadeu Antonio Bonato

Área: Políticas Públicas, Redes e Sistemas, Desenvolvimento Institucional.

Denilson Pasin

Área: Desenvolvimento Institucional.

Ézio Gomes

Área: Produção Familiar e Mercado.

Gerson Ferreira Lima

Área: Desenvolvimento Institucional.

Ivone Pereira Ataíde

Área: Desenvolvimento Institucional.

João Carlos Sampaio Torrens

Área: Políticas Públicas, Redes e Sistemas.

Marcos Antonio de Oliveira

Área: Produção Familiar e Mercado.

Moema Hofstaetter

Área: Desenvolvimento Institucional.

Sidemar Presotto Nunes

Área: Políticas Públicas e Produção Familiar e Mercado.

Thiago de Angelis

Área: Produção Familiar e Mercado.

Thiago Gonçalves Basilio

Área: Desenvolvimento Institucional.

EQUIPE TÉCNICA:

Sidemar Presotto Nunes, Thiago de Angelis.



DESER – Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais

Endereço: Rua Ubaldino do Amaral, 374 - Alto da Glória
80060-90 - Curitiba - PR

Tel: (41) 3262-1842 - Fax: (41) 3362-3679

<http://www.deser.org.br>

A CADEIA PRODUTIVA DO BABAÇU

Introdução

O babaçu é uma espécie da família das palmáceas. A área de ocorrência dos babaçuais predomina em zonas de várzeas, junto do vale dos rios e, eventualmente, em pequenas colinas e elevações (MIC, 1982). A exploração se dá através da extração, a partir de plantas não cultivadas, em áreas de ocorrência natural. Embora a área de exploração dos babaçuais se estenda ao Piauí, Pará, Bahia, Ceará e Tocantins, o Maranhão, de acordo com o IBGE (2007), concentra quase toda produção de amêndoa de babaçu destinada ao mercado. A produção de amêndoas de babaçu no Brasil chegou a 118.723 toneladas em 2005, sendo 111.730 no Maranhão, 5.562 no Piauí e 967 toneladas em Tocantins, os estados mais importantes.

A disponibilidade de babaçu no Maranhão levou à instalação de várias empresas processadoras de óleo comestível e láurico obtidos a partir da amêndoa do babaçu. “As décadas de 60 ao início de 80 constituíram-se no auge da economia babaçueira. Neste período, 52 empresas de médio e de grande porte funcionavam no Maranhão produzindo óleo bruto e refinado para abastecimento das indústrias alimentícias e de higiene e limpeza no país e no exterior. A produção anual de óleo de babaçu girava em torno de 130 mil toneladas, sendo o principal item da pauta de exportação do Estado” (Pensa, 2000, pg 17). Atualmente, o volume de produção de óleo caiu à menos da metade e o número de empresas de médio e grande porte reduziu-se à menos de uma dezena.

Toda a produção de amêndoa de babaçu é feita em regime de economia familiar, através das mulheres quebradeiras de côco babaçu e também por crianças. Não há empreendimentos empresariais atuando nessa fase da cadeia produtiva, até porque a renda média obtida nesse processo é muito baixa, o que dificultaria a viabilidade econômica do trabalho assalariado às empresas.

A quebra do côco consiste em um trabalho árduo em que aproximadamente 300.000 mulheres obtêm fonte de renda principal ou complementar. Na maioria das vezes o côco é trocado nas quitandas localizadas nas comunidades por alimentos que não são produzidos na lavoura. A dificuldade em obter outras fontes de renda faz com que ao Sul do Estado do Maranhão e ao Norte do Estado do Tocantins encontrem-se quebradeiras que residem no meio urbano e que fazem a coleta de côco em babaçuais localizados em áreas privadas ou públicas.

O presente documento é um estudo exploratório da cadeia produtiva do babaçu. Identifica os aspectos considerados mais importantes do mercado, caracterizando os locais e volumes de produção, identificando os “atores”, problemas e alternativas que poderão ser

estimuladas. A elaboração se deu a partir de revisão bibliográfica e visitas e entrevistas à empresas, instituições e entidades envolvidas diretamente ou como parte da estrutura de apoio às quebraadeiras do Estado do Maranhão e Tocantins.

1. O comércio internacional de óleo de babaçú

A produção mundial de óleos vegetais aumentou aproximadamente 400% entre 1974/75 e 2006/07, passando de 25,7 milhões de toneladas para 123,1 milhões de toneladas. Nesse período, a produção de óleo de palma aumentou em 1.203%, a mais alta de todas, passando de 2,89 milhões de toneladas para 37,6 milhões de toneladas, disputando a liderança mundial com a soja. Atualmente, somados o óleo de palma e de palmiste, chega-se à quase 40 milhões de toneladas, enquanto a soja 35,8 milhões de toneladas.

Tabela 1 – Evolução da produção mundial de óleos (Mil toneladas)

	1974/75	1984/85	1994/95	2000/01	2004/05	2005/06	2006/07	Particip. (%)
Palma	2.891	6.754	14.888	24.295	33.875	35.956	37.672	30,61
Soja	6.476	10.203	19.849	26.762	32.511	34.522	35.868	29,14
Canola/ Colza	2.443	5.552	10.013	13.318	15.76	17.165	18.243	14,82
Girassol	3.868	6.125	8.26	8.385	9.038	10.389	10.733	8,72
Amendoim	2.743	2.875	4.118	4.535	5.069	5.172	4.975	4,04
Algodão	2.930	3.762	3.594	3.529	4.709	4.568	4.726	3,84
Palmiste	415	902	1.91	3.061	4.134	4.360	4.573	3,72
Côco	2.554	2.537	3.401	3.596	3.439	3.458	3.295	2,68
Oliva	1.379	1.579	1.760	2.490	2.968	2.593	2.990	2,43
Soma	25.699	40.289	57.623	89.971	95.743	118.183	123.075	100,00

Fonte: USDA (2007). Obs: Exceto gorduras.

Embora tenham algumas especificidades no que se refere às características químicas, os óleos vegetais, mas também as gorduras animais, concorrem entre si. A maioria desses óleos são utilizados em processos industriais e na alimentação humana e animal¹. O óleo de babaçu, por sua vez, encontra-se no grupo dos óleos láuricos², onde está a palma também. Os principais produtores de óleo de palma e palmiste (produzidos a partir do endocarpo e da amêndoa da palma, respectivamente) são a Malásia e a Indonésia, responsáveis por aproximadamente 80% da produção mundial. De acordo com a FAO, expresso na tabela a seguir, esses dois países exportaram mais de 23 milhões de toneladas de óleo de palma e palmiste em 2005.

¹ Alguns óleos não se prestam à alimentação por substâncias tóxicas, como a ricina no óleo de mamona. Esses óleos situam-se no grupo dos “non edible oils”.

² Óleos láuricos são aqueles que possuem entre os seus ácidos graxos livres, o ácido láurico como principal constituinte, em média 46% (Pensa, 2000).

Tabela 2 – Produção, importação, exportação e consumo doméstico de óleo de palma no mundo (1964/65 à 2005/06), óleo de palmiste (2005/06) e totais (óleo de palma + palmiste, em mil toneladas)

Atributo	País	1964/65	1974/75	1984/85	1994/95	2004/05	2005/06	Palmiste	Total
Produção	Brasil	9	7	22	85	110	110	15	125
	Indonésia	157	411	1.185	4.250	14	15.400	1.865	17.265
	Malásia	151	1.258	3.817	7.771	15.194	-	1.970	
	Mundo	1.243	2.891	6.754	14.888	33.875	35.956	4.573	40.529
Importação	Brasil	0	0	0	27	40	72	55	127
	China	1	8	62	1.667	4.363	4.975	280	5.255
	Índia	7	15	730	480	3.725	2.899	150	3.049
	Est. Unidos	0	436	169	99	345	600	240	840
	Mundo	551	1.81	5.102	9.903	24.104	25.380	1.840	27.220
Exportação	Brasil	0	0	8	5	45	27	-	27
	Indonésia	126	340	652	1.798	9.621	11.135	1.180	12.315
	Malásia	141	1.16	3.254	6.634	12.634	-	733	
	Mundo	600	1.938	5.385	10.384	24.615	26.239	2.052	28.291
Consumo doméstico	Brasil	9	7	14	107	105	155	75	230
	China	41	8	62	1.437	4.363	4.975	280	5.255
	Índia	7	15	720	465	3.606	3.125	156	3.281
	Indonésia	30	94	636	2.440	4.015	4.361	685	5.046
	Malásia	11	62	506	1.17	2.689	-	1.397	
	Est. Unidos	0	409	168	102	322	567	241	808
	Mundo	1.191	2.701	6.278	14.301	32.652	35.118	4.292	39.410

Fonte: USDA (2007)

O cultivo comercial de palma se dá em larga escala e com baixa remuneração do trabalho, fatores que tem permitido a baixa internacional dos preços dos óleos láuricos. Enquanto a produção brasileira de óleo de babaçu se dá através da coleta do côco, a produção de palmiste na Malásia e Indonésia possui tecnologias que permitem poupar trabalho. A produtividade da palma (pode chegar a mais de 5 mil kg de óleo por hectare, de 5 a 10 vezes mais produtiva que outras espécies produtoras de óleo) também contribui para colocá-la em vantagem em relação ao babaçu e outras espécies produtoras de óleo. Enquanto do babaçu retira-se o óleo apenas da amêndoa, da palma (no Brasil conhecida como dendê) produz-se o óleo de palma a partir do mesocarpo e óleo de palmiste a partir da amêndoa.

O esmagamento do côco babaçu produz dois tipos de óleos: um para fins comestíveis e outro para fins industriais (óleo láurico). A utilização do óleo de babaçu para fins comestíveis tem sofrido declínio constante, em virtude de duas razões: a substituição por óleos mais acessíveis e a tendência dos consumidores a optarem por óleos e gorduras não saturadas. O óleo de soja é o principal concorrente do óleo de babaçu no mercado de óleos comestíveis. De acordo com o Pensa (2000):

O mercado brasileiro “formal” para o óleo de babaçu comestível é estimado em 5,5 mil toneladas/ano, predominantemente para o mercado nordestino. O mercado brasileiro de óleos láuricos constituiu-se atualmente no principal mercado para o óleo de babaçu. As indústrias dos segmentos de higiene, limpeza e cosméticos absorvem cerca de 35 mil toneladas anuais de óleo de babaçu bruto. O mercado brasileiro de láuricos (óleos, ácido e gorduras) está estimado em 80.000 toneladas. Os principais consumidores são as indústrias de higiene e limpeza e margarinas localizadas na região sudeste do país. A Gessy Lever, a Nestlé e Braswey estão entre os maiores consumidores de óleos e gorduras láuricas do Brasil. Grande parte destes produtos é comercializada através de corretoras (Pensa, 2000).

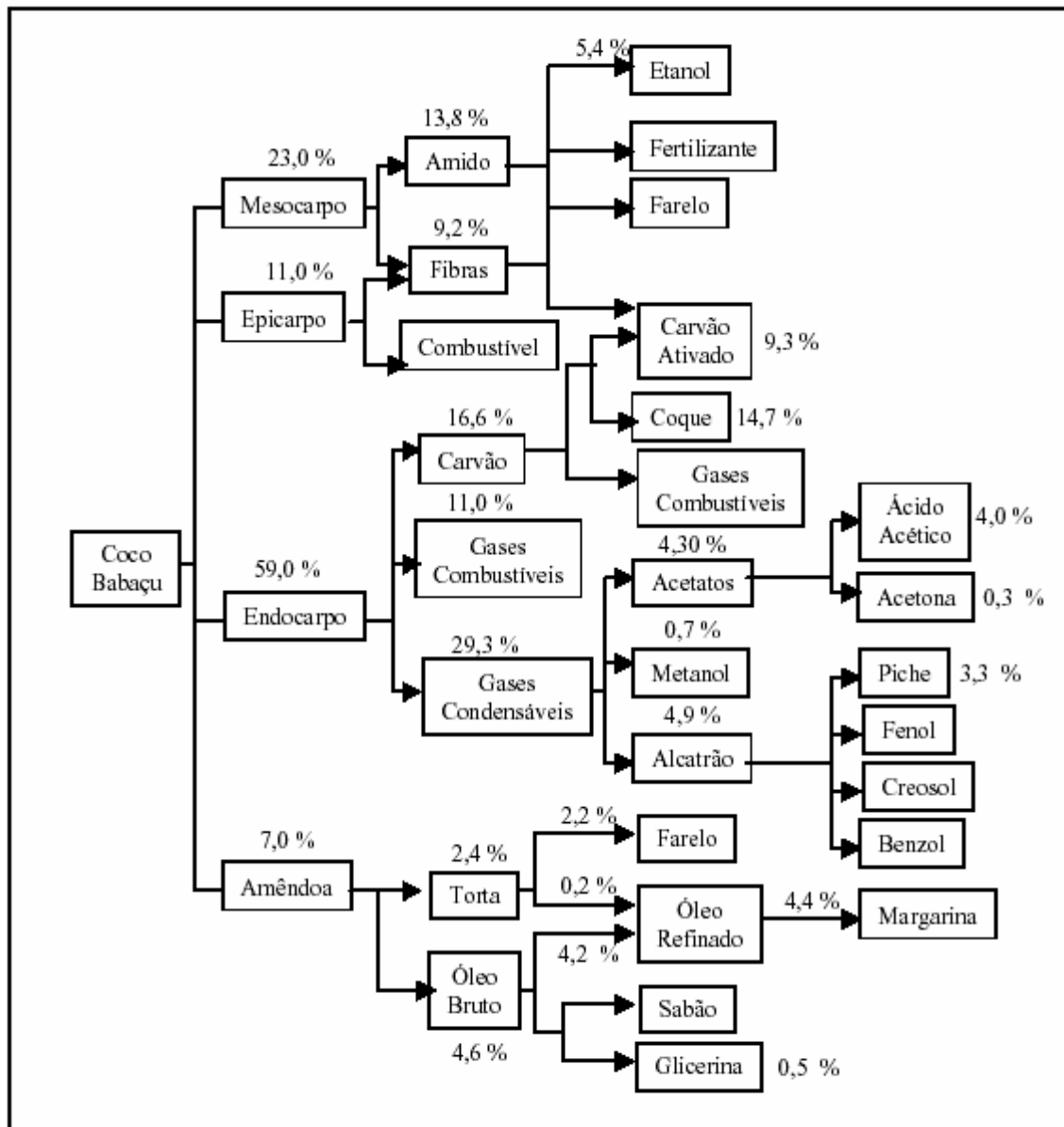
Além da produção destinada ao mercado, as famílias produtoras extraem e utilizam-se do que chamam de azeite de babaçu para o consumo familiar ou para vender no mercado local³. O carvão é outro produto utilizado no consumo doméstico ou comercializado localmente. É produzido a partir do que sobra do côco durante o processo de extração da amêndoa. Empresas siderúrgicas também têm feito uso do mesmo, sob a restrição de não utilizarem o côco inteiro, antes da extração da amêndoa.

Do côco do babaçu pode-se utilizar também o endocarpo, o pericarpo e o mesocarpo para o uso industrial, na alimentação animal e na produção de fertilizantes. Além dos usos indicados na figura a seguir, outros usos estão sendo dados aos “sub-produtos” do babaçu. Como exemplo disso, a Assema⁴ está produzindo e comercializando a farinha de mesocarpo de babaçu, utilizada na alimentação humana, rica em fibras. Já no que se refere ao óleo, a associação está testando-o na produção de cremes corporais. No entanto, trata-se de um uso que grandes empresas já fazem, a exemplo da *Body Shop*.

³ Há processos “caseiros” que permitem a extração do óleo através da prensagem ou da fervura das amêndoas.

⁴ Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão. A caracterização da entidade e dos produtos com que trabalha é feita mais adiante.

Possíveis usos do côco de babaçu (Pensa, 2000).



Apesar da possibilidade de se utilizar o babaçu de diversas formas e em diversos processos industriais, conforme demonstra a figura acima, é a amêndoa que tem a maior importância econômica atualmente. Isso porque, é da amêndoa que se produz o óleo de babaçu, o produto mais importante.

2. Comércio exterior brasileiro

2.1 Importações

As importações brasileiras de óleo de palmiste e palma chegaram à 60 mil toneladas em 2006 e US\$ 36,4 milhões. Esses números têm aumentado nesses últimos anos com vistas a suprir as necessidades do mercado interno brasileiro, uma vez que a produção nacional de palma (ou dendê, como é conhecido no Brasil) não tem sido suficiente. Em virtude de que o preço do óleo de palmiste e palma tem chegado a um preço cada vez mais baixo no país, isso tem levado à uma redução do preço do óleo de babaçu no mercado interno.

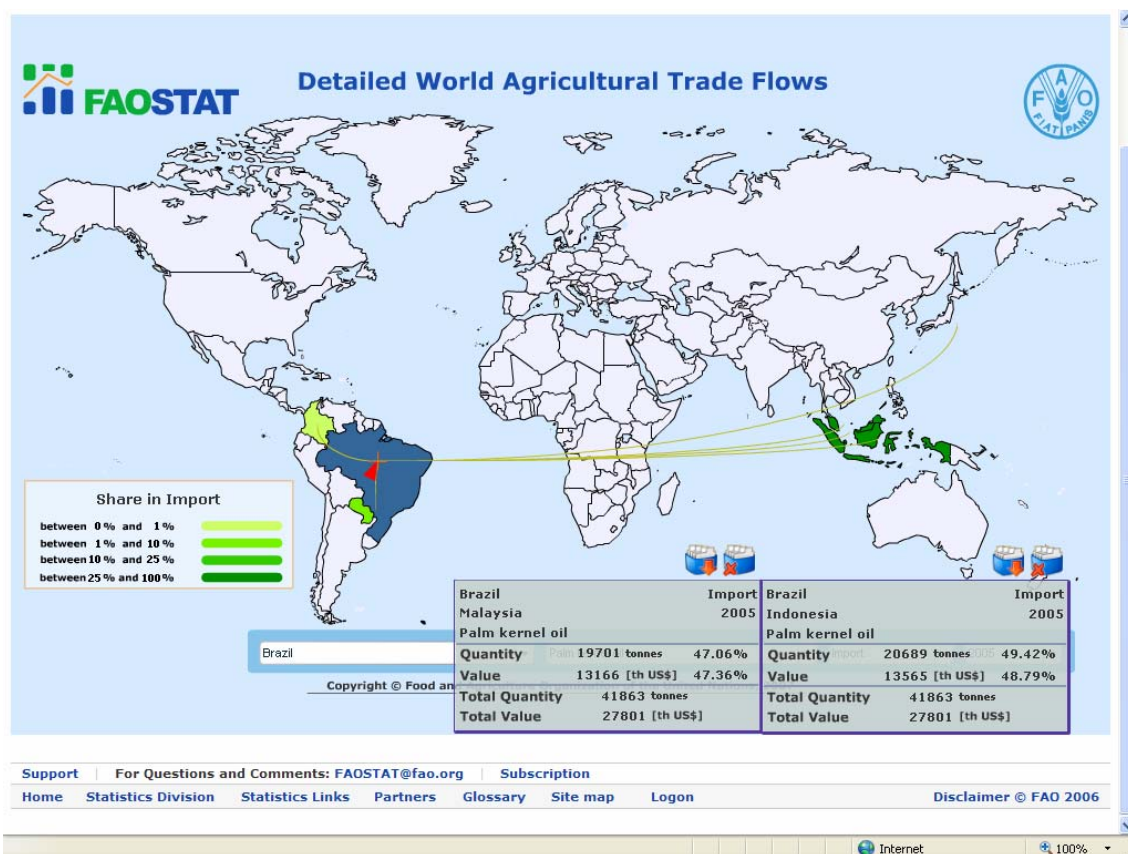
Tabela 3 – Importações brasileiras (em kg e U\$) de óleo de palmiste entre 1996 e 2006.

Ano	Palmiste em bruto		Outros óleos de palmiste		Total		Preço médio (US\$/ ton)
	US\$ FOB	Qtde (Kg)	US\$ FOB	Qtde (Kg)	US\$ FOB	Qtde (Kg)	
1996	15.782.874	20.537.622	19.867.631	25.877.175	35.650.505	46.414.797	768,08
1997	14.099.000	31.184.051	16.935.984	22.556.553	31.034.984	53.740.604	577,50
1998	5.001.801	8.031.655	22.925.463	31.931.117	27.927.264	39.962.772	698,83
1999	488.500	600.000	12.598.330	17.965.779	13.086.830	18.565.779	704,89
2000	2.595.471	4.279.856	20.207.018	40.056.026	22.802.489	44.335.882	514,31
2001	46.000	100.000	11.149.834	35.184.271	11.195.834	35.284.271	317,30
2002	921.418	2.050.000	14.071.686	35.668.351	14.993.104	37.718.351	397,50
2003	894.939	1.783.800	13.073.894	29.028.962	13.968.833	30.812.762	453,35
2004	1.527.910	2.219.230	19.503.703	29.363.426	21.031.613	31.582.656	665,92
2005	977.556	1.371.060	26.822.301	40.491.431	27.799.857	41.862.491	664,08
2006	360.000	500.000	36.013.546	59.779.427	36.373.546	60.279.427	603,42

Fonte: Secex/ Mdic, 2007. Elaboração: Deser.

A tabela 3 apresenta os volumes das importações brasileiras de óleo de palmiste entre 1996 e 2006. Verifica-se que em 2006 as importações foram superiores à 60 mil toneladas, resultando em um dispêndio de mais de 36 milhões de dólares, a um preço médio de 664 dólares por tonelada. Exceto em 1999, anos em que a taxa de câmbio real/dólar foi desfavorável à importação, o Brasil tem adquirido acima de 30 mil toneladas de óleo de palmiste todos os anos.

Figura 3 – Importações brasileiras de óleo de palmiste segundo os países de origem.



Verifica-se, através da figura acima, que as importações brasileiras de óleo de palmiste (e de palma também) tem como origem dois principais países: Indonésia (49,42%) e a Malásia (47,06%). Em 2005 o Brasil importou 20,6 mil toneladas de óleo da Indonésia e 19,7 mil toneladas da Indonésia. Esses países são os principais produtores mundiais de palma e, em consequência, os maiores exportadores também.

2.2 Exportações

As exportações brasileiras de óleo de babaçu, que já foram grandes e se constituíram no principal item de exportação do Estado do Maranhão, atualmente é muito pequena em virtude dos preços internacionais dos óleos láuricos terem sido rebaixados muito nos últimos anos. Nos anos 40 do século passado, o Brasil fechou contrato com os Estados Unidos que garantia a comercialização de 75% da produção nacional de babaçu. Num período posterior, que foi até os anos 80, os países da Europa foram os principais compradores. Atualmente, as exportações brasileiras de óleo de babaçu correspondem à 0,35% em termos de quantidade e

1,12% em termos de valor em relação ao óleo de palma e palmiste importados pelas empresas brasileiras.

Tabela 4 – Exportações brasileiras de óleo de babaçu

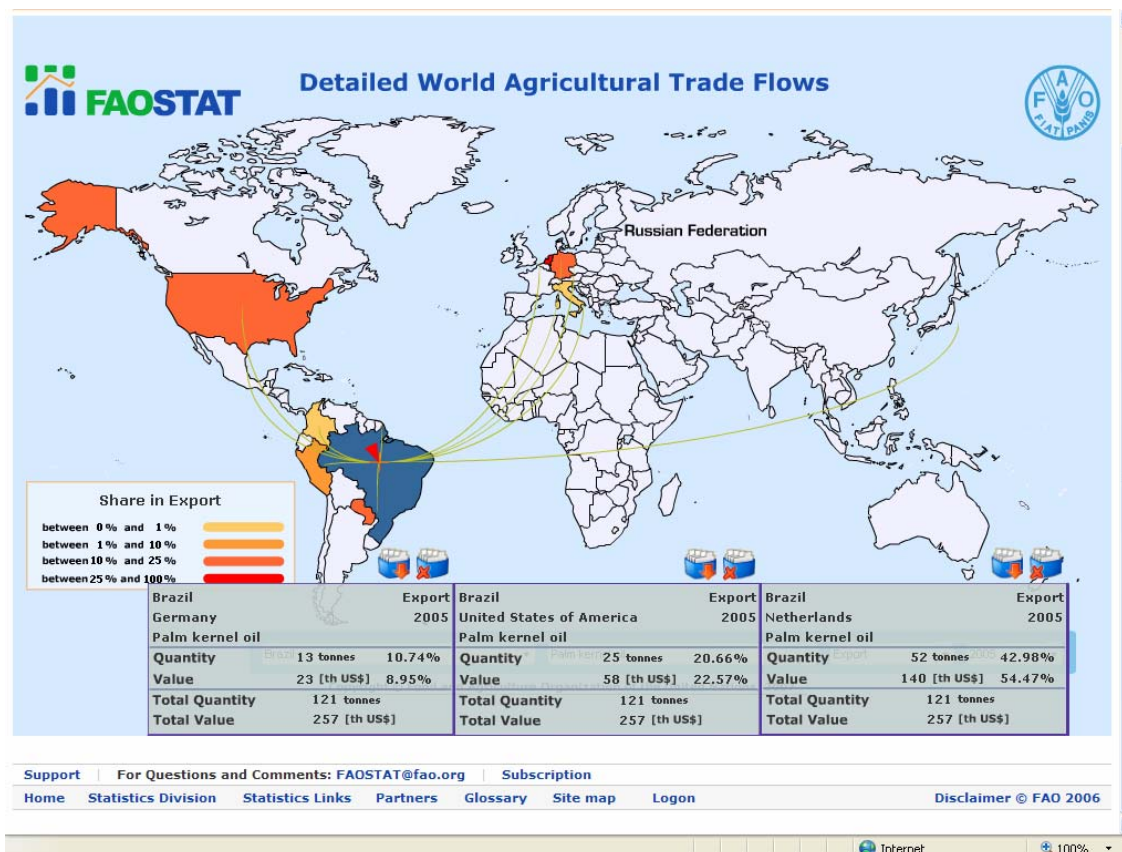
Período	US\$ FOB	Peso Líquido(Kg)	Preço médio/ ton
2006	291.978	96.089	3.038,62
2005	243.478	109.670	2.220,10
2004	238.370	136.572	1.745,38
2003	234.933	189.860	1.237,40
2002	336.418	326.190	1.031,36
2001	449.015	483.448	928,78
2000	313.550	164.980	1.900,53
1999	411.743	225.776	1.823,68
1998	348.476	196.060	1.777,39
1997	288.060	150.523	1.913,73
1996	405.229	212.080	1.910,74

Fonte: Secex/Sistema Alice (2007). Elaboração: Deser.

Verifica-se, através da tabela acima, que as exportações brasileiras de óleo de babaçu tem se reduzido nesses últimos dez anos. Em 1996 foram exportados 212 toneladas e em 2006 foram 96 toneladas. O preço médio, no entanto, tem se elevado significativamente, passando de US\$ 1.910 para mais de US\$ 3.000/ tonelada de óleo. Isso tem ocorrido em virtude de que atualmente as exportações tem sido comercializadas com apelo social e ambiental (comércio justo, solidário, etc), pois há empresas importadoras, localizadas na Europa e nos Estados Unidos, que se propõem a pagar um preço maior para se diferenciar no mercado.

Em 2001 e 2002 os volumes das exportações brasileiras de óleo de babaçu foram maiores em virtude da alta cotação do dólar em relação ao real, o que permitiu que algumas empresas pudessem ser competitivas no mercado internacional, mesmo com um baixo preço em dólar. A figura a seguir permite identificar que, em 2005, 43% das exportações de óleo de babaçu foram para a Holanda, 28,5% foi para os Estados Unidos e 18,7% foi para a Alemanha.

Exportações brasileiras de babaçu em 2005 segundo os países importadores.



As exportações de óleo de babaçu, atualmente, têm se dado principalmente através do apelo social e ecológico. Nesse contexto, a Cooperativa dos Pequenos Produtores do Lago do Junco (COPPALJ) exportou no último ano cerca de 100 toneladas de óleo bruto de babaçu a um preço relativamente alto (US\$ 3,00 por quilo, preço FOB no porto de Fortaleza). A *Body Shop*, indústria da área de cosméticos e perfumaria, é a principal compradora. Atualmente, os exportadores de óleo de babaçu no Brasil são: Cooperativa dos pequenos produtores agroextrativistas de Lago do Junco Ltda; Redexport comercial exportadora e importadora Ltda; Companhia Palmares da Amazônia; Gewalt comercialização de produtos químicos Ltda e Fortinbrás comercial e Industrial Ltda⁵.

⁵ De acordo com o portal Exportadores Brasileiros, disponível em www.exportadoresbrasil.gov.br. Acesso em 22 de maio de 2007.

3. Produção brasileira

Costuma-se dizer que o babaçu está em decadência, haja vista a redução nos últimos anos dos volumes de amêndoa e óleos produzidos. Como se trata de uma atividade em que um grande número de pessoas possui envolvimento direto ou indireto, disso resulta que os impactos à economia costumam ser de grande vulto. Um conjunto de fatores internos e externos tem contribuído nesse processo:

“Na década de 80 o avanço da produção de soja no Brasil em bases extremamente competitivas iniciou um processo de migração da demanda por óleos comestíveis em favor desta. Com uma demanda residual no mercado de óleos comestíveis, restou à indústria de óleos maranhense o mercado de óleos láuricos (segmentos de higiene, limpeza e cosméticos). No entanto, este mercado reduziu-se em pouco tempo. O processo de abertura da economia brasileira iniciado na década de 90 resultou na redução das alíquotas de importação dos óleos láuricos. Produtos oriundos do sudeste asiático, com preços extremamente competitivos, iniciaram uma forte concorrência no mercado brasileiro, restringindo ainda mais a demanda por óleo de babaçu. O resultado deste processo foi a falência de várias esmagadoras, com a redução significativa do parque industrial de óleos maranhense” (Pensa, 2000, pg 17).

A partir dos anos 90 a tendência apontada acima se manteve, embora tenha sido mais forte no início da referida década e menor a partir da metade dela em diante. O óleo de palmiste (obtido da amêndoa da palma) tem chegado ao Brasil a preços competitivos em relação ao óleo de babaçu. Isso tem promovido a redução da produção nacional de óleo de babaçu e também a redução dos preços nos diversos elos da cadeia. A produção brasileira de óleo de babaçu responde por aproximadamente 60 mil toneladas.

O óleo de babaçu é obtido através da extração mecânica ou através de solvente. O segundo processo é economicamente mais dispendioso, mas mais eficiente na extração, já que o teor residual de óleo na torta é mais baixo. Artesanalmente, as quebradeiras utilizam-se do processo de fervura para extrair o óleo para o consumo familiar ou para o mercado local.

A partir de 1991 o óleo de dendê iniciou um processo de ascensão no volume produzido que se manteve ao longo de quase todo o tempo, ultrapassando a produção de óleo de babaçu já em 1992. A produção se estagnou em 2003, mas novos plantios foram feitos nessa época, o que deverá indicar uma nova evolução na produção de óleo de dendê nos próximos anos, estimulado, em grande parte, pelos benefícios fiscais que as empresas vem recebendo do governo brasileiro.

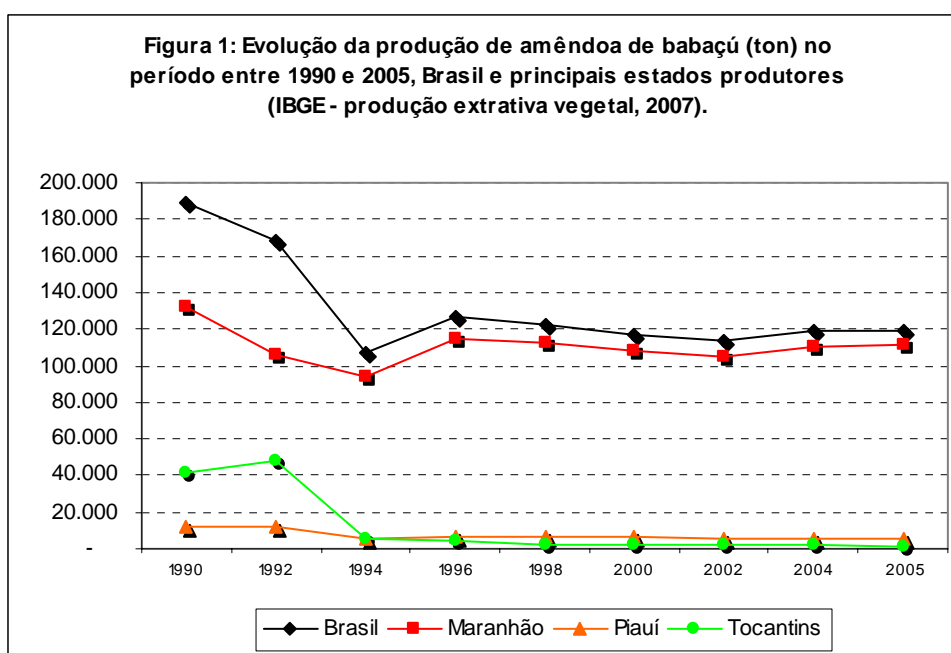
A produção de óleo de babaçu, por sua vez, iniciou um processo de queda a partir de 1991, alcançando o menor volume histórico em 1996. A partir de então, a produção se recuperou um pouco e voltou a crescer. Nos anos seguintes iniciou um novo processo de queda, mas bem menor do que no período anterior. Cabe salientar que o babaçu é uma planta

cujos frutos são colhidos de forma extrativa e que sofre a concorrência externa, através dos preços e da importação de óleo de palma, e a concorrência interna, através do óleo produzido a partir do dendê, que se equivale à palma. No Brasil, o dendê é produzido principalmente no Pará e na Bahia.

A produção de óleo de mamona foi bastante variável a partir do período considerado (1991), pois a produção se elevava em ano e caía no ano seguinte. Em 1998 a produção atingiu o menor nível. Cabe salientar que o óleo de mamona, embora concorra com outros óleos, como o de babaçú e dendê, apresenta algumas especificidades em virtude de não ser utilizado para fins alimentícios em virtude da toxidez do ácido rícínico presente no óleo. No entanto, para alguns fins os óleos se equiparam, como em alguns processos industriais e na produção de biodiesel.

4. Regiões produtoras

A área de ocorrência dos babaçuais não se limita à área de exploração, haja vista que se encontra em vários outros estados amazônicos (Rondônia, por exemplo) distribuídos entre outras espécies da floresta. “O Ministério da Agricultura avalia que a superfície total de babaçu é de aproximadamente 13,4 milhões de hectares. Supõe-se que nessa superfície encontrem-se 20,1 bilhões de palmeiras que produzem anualmente 20.153 bilhões de cocos” (Ferreira, 1999).



A produção de babaçú está bastante concentrada no estado do Maranhão, embora a ocorrência natural dos babaçuais, conforme já se tratou, aconteça em uma ampla região do

Norte e Nordeste do Brasil. Atualmente, o estado do Maranhão responde por mais de 90% da produção nacional, seguido do Piauí e do Tocantins. Se de um lado a produção está bastante concentrada no Maranhão, nesse estado ela também se concentra bastante em algumas regiões. As microrregiões geográficas do Médio Mearim, de Pindaré, da Baixada Maranhense e de Codó respondem por 66% da produção estadual, sendo que o Médio Mearim responde por metade desse volume.

Tabela 5 – Participação das principais regiões produtoras de babaçu (ton amêndoa) em relação à produção maranhense

Regiões	1995	1997	1999	2001	2003	2005	Part. (%)
Médio Mearim	19.076	29.458	29.436	28.516	30.303	37.950	32,16
Pindaré	13.739	15.999	15.465	14.972	14.554	15.683	13,29
Baixada Maranhense	7.319	14.954	14.806	14.514	14.361	14.002	11,87
Codó	14.675	16.059	15.082	14.043	12.846	11.917	10,10
Itapecuru Mirim	5.925	9.833	10.313	10.430	10.246	9.444	8,00
Chapadinha	2.310	6.704	6.011	5.677	6.057	6.256	5,30
Caxias	6.332	7.415	7.068	6.199	5.165	4.638	3,93
Presidente Dutra	7.664	4.505	4.611	4.882	4.447	4.500	3,81
Chapadas Alto Itapecuru	3.524	3.214	3.514	2.349	2.142	2.243	1,90
Alto Mearim e Grajaú	1.493	1.315	1.372	1.371	1.411	2.157	1,83
Coelho Neto	1.506	2.291	2.141	2.026	1.880	1.785	1,51
Baixo Parnaíba Maranhense	232	598	599	611	623	637	0,54
Rosário	1.378	131	129	119	94	171	0,14
Litoral Ocidental Maranhense	632	177	175	166	170	159	0,13
Imperatriz	1.070	62	27	21	55	97	0,08
Porto Franco	499	8	22	20	31	46	0,04
Chapadas das Mangabeiras	287	31	71	66	53	27	0,02
Gurupi	293	22	22	22	21	19	0,02
Lençóis Maranhenses	-	4	4	3	2	2	-

Fonte: IBGE (2007).

5. As indústrias de óleo de babaçu

Considerando o número de empresas de médio e grande porte que estavam instaladas no Estado do Maranhão nos anos 50 e 60 (mais de 50), atualmente há um número reduzido (menos de 10). Isso se deveu à crise pela qual o babaçu passou nos últimos anos, cuja produção tem se reduzido.

As principais empresas estão localizadas em São Luís, Pedreiras, Imperatriz, Caxias e Codó. A amêndoa de babaçu é adquirida de intermediários que normalmente compram de outros intermediários (cantinas). Algumas vezes as cantinas são mantidas de forma

associativa, mas na maioria das vezes elas são privadas e fazem a troca da amêndoa de babaçu por itens de primeira necessidade às famílias.

Algumas vezes as indústrias de uma certa forma financiam os intermediários de que adquirem as amêndoas, já que fazem um adiantamento em dinheiro aos mesmos. Os intermediários juntos (já que pode haver dois ou três antes da amêndoa chegar à indústria) ficam com em torno de 40 a 45% do valor da amêndoa colocada na indústria.

As principais empresas do Estado do Maranhão são: Oleama, FC Oliveira⁶, Saponóleo, Iovesa e Sabão Princesa, localizadas em São Luís e Pedreiras. A Oleama processou 7,25 milhões de kg de amêndoa em 2004 e a FC Oliveira processou aproximadamente 10 milhões de Kg. Para as demais empresas não foram levantadas informações.

Algumas indústrias compram óleo bruto de babaçu de outras pequenas indústrias do Estado (como é o caso da COPPALJ), seja para revendê-lo, seja como matéria-prima para produção de sabões ou outros produtos.

Da amêndoa de babaçu adquirida dos intermediários, as indústrias extraem o óleo. O óleo de babaçu ou é transformado em produtos de higiene e limpeza ou é comercializado em bruto à indústrias localizadas no Sudeste do país através de corretores da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Normalmente as empresas processam uma parte do óleo e comercializam a outra. A Oleama, localizada em São Luís, transforma 20% do óleo bruto em sabões, sabonetes, velas, desinfetantes, amaciantes e óleo de cozinha.

A torta de babaçu é um sub-produto da extração do óleo e é comercializada para indústrias de rações para suínos e aves. Possui aproximadamente 23% de fibras, 6% de matéria mineral, 51% de extrato etéreo e 18% de proteína bruta e concorre com a torta de soja, cujo nível de proteína é mais alto e o cujo cultivo vem se ampliando ao Sul do Estado do Maranhão. Já as indústrias localizadas na região de Imperatriz tem a opção de tanto processar babaçu quanto soja.

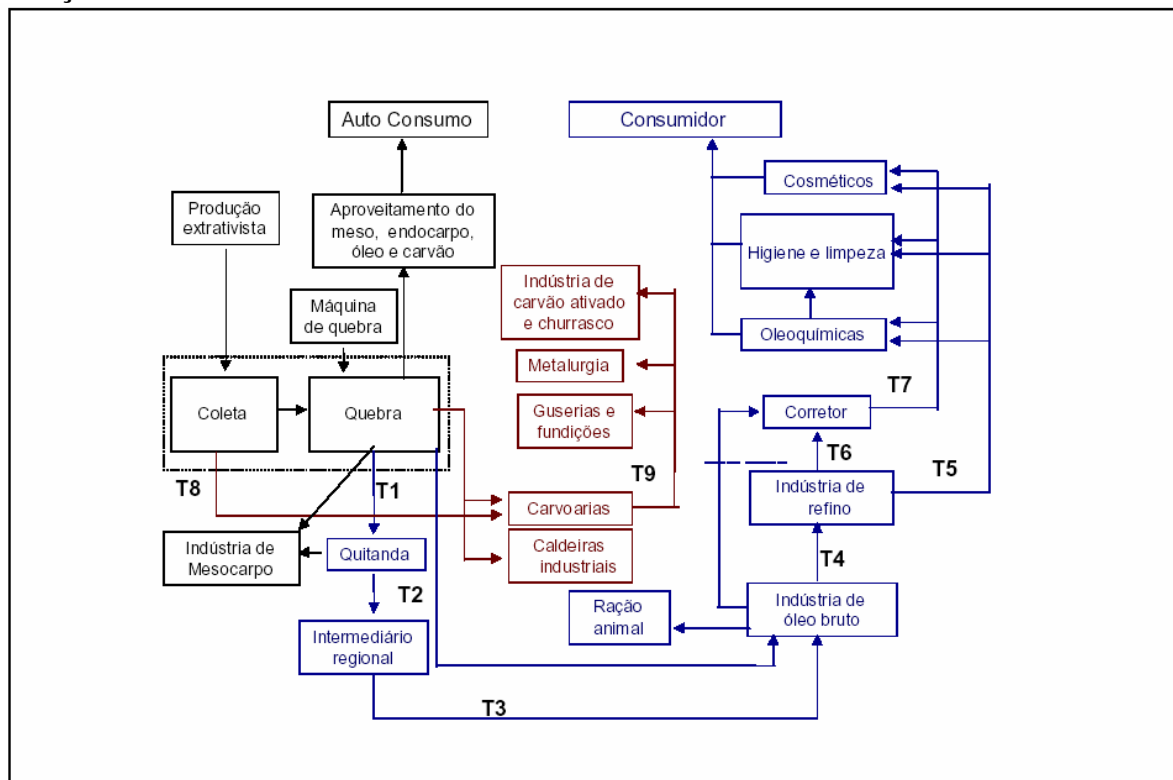
A Aboissa, localizada em São Paulo, é a principal corretora dos produtos oriundos das indústrias de babaçu do Estado do Maranhão. Além do babaçu, a corretora trabalha com um conjunto amplo de farinhas, óleos e gorduras nacionais e importados (palma, palmiste, soja, tungue, algodão, arroz, farinha animal, sebo bovino, algodão, mamona, lecitina de soja, girassol, azeite de oliva, entre outros).

Tendo em vista a conjuntura de mercado do babaçu, em que a concorrência com os óleos de palma e palmiste foi grande, as empresas não demonstram interesses em ampliar a

⁶ A empresa atua em outras áreas, não somente na produção e processamento de côco babaçu.

produção. Também não foi possível identificar se as empresas estão interessadas em diversificar os produtos, mas, se isso vier a acontecer, os produtos seriam destinados prioritariamente aos mercados do nordeste e do norte do Brasil, haja vista a concorrência com as indústrias localizadas no Sudeste. Atualmente, a Oleama processa aproximadamente 20% do óleo bruto que produz e a FC Oliveira processa entre 40% e 60%, variando com as condições do mercado.

Fluxograma dos possíveis destinos dos produtos e sub-produtos do babaçu.



Fonte: Pensa, 2000.

6. Produção de biodiesel

A produção brasileira de óleos vegetais é bastante significativa, mas o uso na forma de biocombustível ainda é pequeno. O biodiesel pode ser obtido a partir de uma ampla gama de produtos, que atualmente são utilizados com outros fins. Apesar de que a utilização de biodiesel já esteja mais desenvolvida na Europa, atualmente óleos vegetais vêm sendo utilizados em máquinas agrícolas e no transporte coletivo. Prevê-se uma mistura de 2% ao óleo diesel derivado do petróleo (autorizado até 2007 e obrigatório após esse ano) e a ampliação para 5% a partir de 2013.

Tabela 6 – Produtos agrícolas cultivados no Brasil e passíveis de utilização na produção de biocombustíveis

Produto	Produção brasileira	Área cultivada atual (ha)	Produtividade brasileira (kg/ha)	% Óleo no grão ou amêndoa	Produtividade óleo (kg/ha)	Principais estados produtores
Algodão (caroço)	2.394	1.115.000	2.142	15	321	MT, BA, GO, SP, MS, MG, PR
Amendoim (em casca)	236	105.000	2.247			SP
Babaçu	118,7	extrativo	-	66%	-	MA
Cana-de-açúcar	415.205	5.633.000	73.670	-	7 m ³ de álcool	SP, AL, PR, PE, MG, MT.
Dendê	909	87.553	10.380	20	2.076	PA, BA.
Girassol	94	150.000	1.595	44	701	Centro-Oeste
Mamona	138.000	172.000	802	45	361	BA
Milho	41.787	12.864.000	3.248	-	-	PR, MG, SP, GO, MT
Soja	49.549	21.600.000	2.293	18	412,9	MT, PR, GO, RS, MS, MG, BA, SP, MA, TO, SC, PA
Outros*	11	extrativo	-	-	-	BA, MG, Amazônia.

* Produtos extrativos vegetais, produzidos principalmente na região Norte e Nordeste do Brasil: licuri, pequi, oiticica, tucum, copaíba, cumaru, etc.

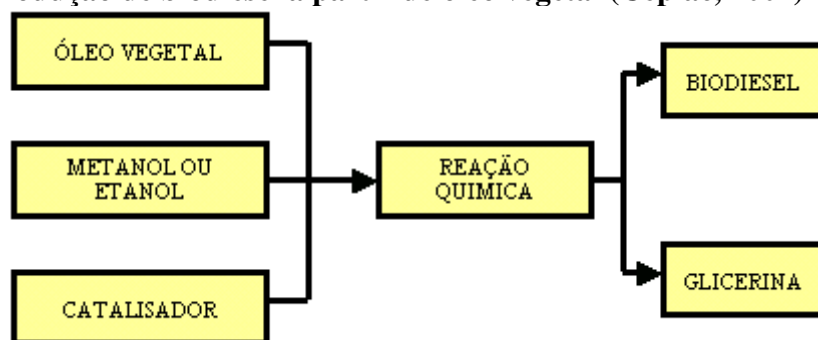
Fonte: PAM e PPM 2004 (IBGE).

Em termos de biocombustíveis, o Brasil produz álcool e se tornará produtor de biodiesel. A produção de álcool na atual safra deve ficar em torno de 18 bilhões de litros, destinando-se ao mercado nacional e internacional (15%). Atualmente, a produção está sendo estimulada pelo desenvolvimento de automóveis bicombustíveis e tricombustíveis (gasolina, álcool e gás), que dão maior segurança (em relação ao preço e disponibilidade) em relação aos automóveis movidos somente à álcool. Com isso, espera-se que a produção brasileira chegue à 35 bilhões de litros em 10 anos e as exportações em 8 bilhões de litros⁷.

Cabe salientar que para alguns produtos agrícolas (soja, cana-de-açúcar, algodão) o óleo é apenas um dos produtos, enquanto que, para outros é ou o único ou o principal produto (mamona e dendê), embora possa ser utilizado para muitos fins (aviação, produção de inseticidas, fungicidas, plásticos, etc.). A análise da competitividade dos biocombustíveis, o que não se pretende apresentar aqui, deve levar em consideração os resultados econômicos dos diversos cultivos e também o nível de subsídio público. Apesar dessas particularidades e dos distintos usos dos óleos vegetais, devemos considerar que o uso na forma de combustível pode fazer que a produção aumente muito.

⁷ Conforme projeção do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA/ SP).

Processo de produção de biodiesel a partir de óleo vegetal (Ceplac, 2007)



A cana-de-açúcar e o dendê apresentam atualmente as maiores produtividades de biocombustíveis (álcool e biodiesel, respectivamente). No que se refere ao álcool, o Brasil é bastante competitivo internacionalmente devido à produtividade alta da cana-de-açúcar e a baixa remuneração do trabalho. Em virtude disso, é provável que o cultivo avance bastante nos próximos anos, até porque o álcool utiliza o mesmo sistema de combustão da gasolina, que é o combustível mais usado atualmente nos veículos de passeio e utilitários no Brasil. Em níveis internacionais, o rendimento de álcool obtido através de outros produtos (milho, por exemplo) é inferior e necessita de subsídios públicos.

7. Os preços nos diversos níveis da cadeia

O óleo de babaçu é uma *commodity*. O preço do óleo de babaçu nos diversos elos da cadeia possui variações significativas durante o ano de acordo com a disponibilidade do produto no mercado nacional (oferta) e dos preços do óleo de palmiste e palma importados da Indonésia e da Malásia.

Apesar de que uma parte da produção de óleo de babaçu se destine ao consumo humano e à produção de derivados para a região Nordeste do país, a maior parte é negociada na bolsa de valores, de onde segue para as indústrias produtoras de sabonetes, sabões, alimentícia, etc. A maioria delas está localizada na região Sudeste.

Tabela 7 – Variação de preços por kg da amêndoa e do óleo de babaçu durante uma mesma safra, segundo os diversos agentes.

	Outubro de 2004	Fevereiro 2005	Mai de 2007
1. Preço pago às quebradeiras (amêndoa)	0,93	0,48	0,80*
2. Preço pago aos intermediários pela indústria (amêndoa)	1,55	0,80	0,80
3. Preço pago pelas indústrias de sabões do Estado de São Paulo (óleo bruto)	3,80	2,20	2,4 (São Luís) 2,80 (São Paulo)

Fonte: entrevistas. * O preço pago às quebradeiras varia de acordo com a região. Nas regiões mais distantes das indústrias o preço tende a ficar mais baixo.

A redução dos preços entre outubro de 2004 e fevereiro de 2005, verificada na tabela acima, deveu-se, principalmente, ao aumento da oferta de óleo de babaçu no mercado nacional. Isso porque a extração da amêndoa de babaçu começa em setembro/outubro, meses em que a oferta é mais baixa, e termina normalmente em abril, quando se intensificam as chuvas que dificultam a coleta e a quebra do côco. Fevereiro é, portanto, um mês em que a oferta de óleo de babaçu é alta, promovendo um rebaixamento dos preços.

Considerando que a produção de palma (também conhecido como dendê) tem aumentado nos últimos anos no Brasil, embora a produção ainda seja muito pequena em relação ao mercado internacional e aos países asiáticos produtores, é certo que a produção de óleo de babaçu passa ser afetada também pelo mercado nacional de óleo de palma. Nesse estudo não se identificou detalhadamente o volume de óleo, apenas a produção de côco, única informação disponível no momento, tornando-se difícil afirmar o nível de concorrência. É um trabalho que deverá ser desenvolvido posteriormente, em um estudo exploratório já previsto para ser realizado pelo Deser com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

8. A agricultura familiar na produção agrícola

A Tabela 8, a seguir, demonstra que em 1995/96, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, no maranhão, 80% dos estabelecimentos agropecuários eram considerados familiares. Os mesmos detinham 43,2% da área dos estabelecimentos e respondiam por 58,2% do Valor Bruto da Produção. Se de um lado os dados refletem a importância sócio-econômica dos estabelecimentos familiares, de outro, demonstram que quase a metade dos mesmos encontrava-se na categoria quase sem renda.

Tabela 8 – Maranhão: número de Estabelecimentos, Área e Valor Bruto da Produção, categorias Familiares por Tipo de Renda e Patronal.

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	368.191	100	12.560.692.475	100	698.162	100
Total Familiar	294.605	80	5.431.000.809	43,2	406.413	58,2
Maiores rendas	12.717	3,5	1.065.318.346	8,5	121.987	17,5
Renda média	61.446	16,7	1.967.552.959	15,7	133.719	19,2
Renda baixa	88.645	24,1	1.211.703.661	9,6	88.831	12,7
Quase sem renda	131.797	35,8	1.186.425.843	9,4	61.876	8,9
Patronal	13.703	3,7	6.837.956.523	54,4	231.683	33,2
Instituições Religiosas	1.503	0,4	8.529.890	0,1	2.615	0,4
Entidades Públicas	58.345	15,8	283.083.951	2,3	57.428	8,2
Não Identificado	35	0	121.302	0	23	0

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.*

Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

Somadas a produção agrícola, a silvicultura e a extração vegetal, verifica-se que a agricultura vem perdendo importância econômica no Estado do Maranhão nos últimos anos, respondendo por pouco mais de 81% do Valor Bruto da Produção (VBP). A produção extrativa, por seu turno, devido aos aspectos identificados anteriormente, vinha perdendo importância econômica até o ano de 2003. Em 2005 responde por aproximadamente 17% do VBP, sendo pouco mais de 5% da amêndoa de babaçu, cuja participação tem aumentado nos últimos dois anos.

No que se refere aos produtos extrativos vegetais, no qual o babaçu está inserido, o carvão vegetal é o mais importante. Representa 42%, o babaçu 32% e a lenha e madeira em tora em torno de 10% cada uma. Embora não tenhamos números, é importante considerar que uma parte do carvão é produzida a partir da amêndoa de babaçu.

Tabela 9 – Maranhão: Valor Bruto da Produção (VBP, em mil reais) e participação (%) da agricultura, silvicultura, extração vegetal e amêndoa de babaçu entre 1994 e 2005.

Ano	Valor da Produção	Agricultura	Silvicultura	Extração Vegetal	Amêndoa Babaçu*
1994	459.302,00	80,00	0,03	19,97	5,48
1995	597.337,00	81,84	0,01	18,15	3,90
1996	388.122,00	77,27	0,05	22,68	8,40
1997	466.331,00	78,06	0,03	21,90	7,46
1998	490.885,00	77,86	0,03	22,10	7,60
1999	620.451,00	79,39	0,11	20,50	7,30
2000	671.903,00	81,55	0,16	18,29	6,26
2001	826.616,00	84,70	0,22	15,07	4,86
2002	1.079.678,00	83,20	0,43	16,37	5,46
2003	1.529.338,00	85,79	0,18	14,02	4,60
2004	1.739.392,00	84,75	0,95	14,29	4,97
2005	1.726.002,00	81,11	2,20	16,68	5,36

Fonte: Produção Agrícola Municipal e Produção Extrativa Vegetal, IBGE, 2005.

* A amêndoa de babaçu é parte da produção extrativa vegetal.

A produção pecuária não consta dos dados apresentados porque as informações disponibilizadas pelo IBGE demonstram apenas a evolução do rebanho e não do VBP. Os dados indicam redução do número de suínos e aves alojados. Para os suínos essa redução foi de 40% no período compreendido entre 1990 e 2005. Já no que se refere ao rebanho bovino é comum se comentar que o mesmo vem promovendo a destruição dos babaçuais, em um processo de substituição. No entanto, verifica-se que a evolução do rebanho bovino foi pequena no mesmo período.

9. As quebradeiras de côco babaçu na cadeia produtiva

De acordo com Ferreira (1999), em sua dissertação de mestrado defendida na UFSC, no Maranhão 22% das famílias que trabalham com o babaçu dependem exclusivamente da atividade. Das demais, em 16% das famílias, o babaçu contribui com 70% da renda familiar, em 29% com 50% da renda e em 33% com até 30% da renda. A autora não caracterizou os intervalos em que os percentuais se inserem e também não identificou a fonte dos dados.

9.1 As regiões pesquisadas

As informações aqui levantadas referem-se ao Estado do Maranhão, onde se concentra quase a totalidade da produção de babaçu. Identificaram-se as associações e cooperativas ligadas às quebradeiras de côco babaçu no Estado, as instituições de apoio e as pequenas e

médias indústrias. Também se identificou uma associação ligada ao MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu) localizada no município de São Miguel, no Estado do Tocantins, que possui uma pequena unidade de produção de sabões a partir do óleo de babaçu.

9.2 Características da agricultura familiar na produção

Uma parte das quebradeiras está localizada em áreas de assentamento do INCRA, que podem ser remanescentes de quilombos. O processo que conduziu ao surgimento desses assentamentos normalmente se caracteriza muito mais pela regularização fundiária das áreas em que essas pessoas residem do que um programa propriamente de reforma agrária, mas que permite aos assentados acessar as políticas do INCRA.

9.3 As cooperativas e associações ligadas às quebradeiras

No que se refere à organização das quebradeiras para o processamento do côco de babaçu, a maioria delas está ligada ao MIQCB. Algumas das iniciativas ligadas ao Movimento se ocupam apenas de extrair o óleo da amêndoa de babaçu, haja vista a falta de estrutura para industrializar, mas outras já industrializam uma parte do que produzem.

No Estado do Maranhão há duas associações que estão em fase de constituição e que são apoiadas pela Secretaria Estadual de Agricultura do Maranhão, no âmbito do projeto Quebra Côco. O projeto prevê a mecanização do processo de quebra do côco para extração da amêndoa e a extração do óleo através da prensagem mecânica.

Várias experiências foram postas em prática com vistas a processar a amêndoa de côco e no sentido de facilitar o trabalho de quebra. Algumas delas foram apoiadas através de projetos do INCRA, mas, segundo alguns entrevistados, tiveram dificuldades de se afirmar.

a) MIQCB (Movimento Interestadual de Quebradeiras de Côco Babaçu)

O MIQCB é o único e um importante movimento das quebradeiras de côco babaçu. Sua origem, ao menos formal, deu-se em 1991 durante encontro do movimento na cidade de São Luís. O movimento é constituído por pessoas e entidades das principais regiões produtoras do Estado do Maranhão, Tocantins e Pará.

O movimento definiu algumas áreas prioritárias para sua atuação: (i) a organização e a articulação das mulheres quebradeiras de côco babaçu dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará; (ii) a preservação do meio ambiente; (iii) a defesa do livre acesso aos babaçuais; (iv) o apoio às iniciativas de produção, beneficiamento, comercialização e geração

de renda; e (v) a defesa de políticas públicas que beneficiem as famílias agro-extrativistas (Figueiredo, 2000).

Como ações políticas, integram o pleito do Movimento: a revisão das alíquotas de óleo de palmiste, a isenção fiscal para as organizações comunitárias, a criação de reservas extrativistas, a proibição de derrubada do babaçu, a proibição da utilização do côco de babaçu para produção de carvão.

b) COPPALJ (Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas de Lago do Junco)

Apesar de haverem diversas cooperativas e associações ligadas às quebradeiras de babaçu no Estado do Maranhão, a COPPALJ é a única que possui prensa para produção de óleo. A COPPALJ localiza-se no município de Lago do Junco e conta com 164 cooperados. Ela recolhe a amêndoa e fornece, para sócios e não sócios, produtos ditos essenciais às famílias (açúcar, café, sal, óleo de côco, querosene, fósforo, etc) através de suas cantinas localizadas nas comunidades.

A origem da COPPALJ está em consonância com o projeto político do MIQCB e sua fundação deu-se no mesmo ano da fundação do movimento. A Cooperativa tem buscado formas alternativas de acesso ao mercado, seja através do próprio óleo bruto de babaçu, seja através de produtos e sub-produtos. Do que sobra da amêndoa durante o processo de extração do óleo de babaçu, a cooperativa produz a torta de babaçu que é destinada à produção de ração animal. Os produtos da COPPALJ são comercializados através da ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão).

c) AMTR (Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais)

A Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais teve sua origem dentro da própria COPPALJ. A associação tem sede no município de Lago dos Rodrigues, também na região dos Cocais e possui 128 associadas, sendo que atualmente 21 estão envolvidas diretamente com a produção de sabonetes.

Para a construção da fábrica de sabonetes, a AMTR contou com o apoio financeiro do UNICEF. O óleo de babaçu é adquirido da COPPALJ e posteriormente beneficiado e embalado na fábrica da associação. Os produtos são comercializados através da ASSEMA.

d) Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis possui 68 associados. Além da extração da amêndoa, a cooperativa produz farinha de mesocarpo de babaçú. A produção é comercializada através da Assema.

e) ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão)

A ASSEMA é uma associação sem fins lucrativos fundada em 1989 por lideranças sindicais. Possui caráter regional e atual na região denominada Médio Mearim, no Estado do Maranhão. A associação presta assessoria técnica e política às quebradeiras de côco babaçu. Possui vínculos políticos com a COPPALJ, a AMTR e o MIQCB e também tem sido responsável pela comercialização dos produtos das duas primeiras. A tabela 05 demonstra os volumes comercializados em 2004, a partir da aquisição de 400 toneladas de amêndoas de babaçu que resultaram em 210 toneladas de óleo bruto.

Tabela 10 – Produtos comercializados pela ASSEMA em 2004 e 2006, com seus respectivos volumes e destinos.

Produto	2004		2006	
	Volume (ton)	Destino	Volume (ton)	Destino
1. Amêndoa de babaçu	400	Produção de óleo bruto	400	Produção de óleo bruto
2. Óleo bruto de babaçu	210	Comércio exterior (32%), produção de sabão e sabonetes (5%) e indústrias (63%).	210	Comércio exterior (60%), produção de sabão e sabonetes (5-10%) e indústrias (30-35%).
3. Farinha de mesocarpo	12	São Luís e Mercado Regional	12	PAA doação simultânea (8 ton), mercado nacional (4 ton)
4. Torta de babaçu	120	Indústrias produtoras de ração animal	120	Indústrias produtoras de ração animal
5. Sabão	0,5	Mercado regional	-	nacional
6. Sabonete	120	Mercado regional	-	nacional
7. Papel reciclado			-	Caixa Econômica Federal, outros.
8. Carvão vegetal		Mercado regional	Deixou de produzir	

Fonte: entrevista. OBS: produtos oriundos das cooperativas e associações que compõem a ASSEMA.

A ASSEMA, através das entidades filiadas, processa cerca de 400 toneladas de amêndoas para a produção de 210 toneladas de óleo bruto por ano. Em 2006, 60% do óleo foi exportado sob o apelo social e ambiental que empresas que utilizam em seus produtos, o que tem resultado em um preço superior ao praticado no mercado nacional. Do restante, 5% à

10% é destinado à produção de sabonetes e sabões. A outra parte ainda, é comercializada em indústrias do município de Pedreiras.

Verificou-se que as exportações entre 2004 e 2006 com o selo do comércio justo aumentaram. Tratando desse aspecto, da concentração da produção à exportação, Valdener Miranda afirma que:

Primeiro aspecto se justifica pelo fato de que a produção e comercialização dos produtos solidários brasileiros estão muito mais direcionados ao mercado externo do que ao interno. Uma razão, certamente, remonta da própria história do movimento de comércio justo solidário, que nasceu com finalidade de aproximação dos produtores do sul aos consumidores do norte. Considero necessariamente a importância de desenvolver mercados locais que garantam a comercialização interna dos produtos aqui produzidos, de forma a alterar, paulatinamente, a realidade acima apontada – não para excluir a exportação, mas para contemplar também as inúmeras possibilidades existentes no nosso território (Valdener Miranda⁸).

f) ASMUBIP (Associação das Mulheres Trabalhadoras do Bico do Papagaio).

A Associação das Mulheres trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio está localizada no município de São Miguel, no Estado do Tocantins. Possui 500 associadas, mas nem todas trabalham na quebra do babaçu. A associação é ligada ao MIQCB.

A associação possui uma prensa para extração do óleo de babaçu. Em 2004, a associação vendeu 6.000 kg de óleo para, principalmente, empresas do município de Imperatriz, Maranhão. Uma pequena fração da referida produção é comercializada para a produção de velas, sabão e sabonetes fabricados artesanalmente na região de atuação da associação.

Segundo a ASMUBIP, a maioria das associadas que trabalha com babaçu necessita utilizar terras de terceiros para a coleta e extração de amêndoa.

g) Embaixada Babaçu Livre

De acordo com a Assema, a Embaixada Babaçu Livre é:

... Uma casa de eventos, como exposições, feiras e debates. A Embaixada Babaçu Livre hoje é mantida através de uma parceria estabelecida entre a ASSEMA e a OXFAM GB Brasil que tem garantido o suporte financeiro necessário para manter a casa. Outros mantenedores da Embaixada são os próprios grupos de geração de renda, como as cooperativas dos pequenos

⁸ Coordenador do Programa de Comercialização Solidária (PCS) da ASSEMA; Membro do Conselho Nacional de Economia Solidária e Membro da Coord. Nacional da Articulação de Certificação para Comércio Ético, Justo e Solidário Brasileiro. Disponível em www.assema.org.br. Acesso em maio de 2007.

produtores agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) e de Esperantinópolis (COPPAESP), a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), a Associação dos Moradores da Gleba Riachuelo (Lima Campos), a Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues e o Grupo de Mulheres de Santana (São Luiz Gonzaga do Maranhão), que, através da venda de seus produtos têm contribuído para a manutenção da casa. Além desses, contamos também com a parceria de outros grupos interessados em estabelecer a economia solidária no Maranhão. Outros apoios pontuais têm garantido o desenvolvimento de suas ações: DED; Christian Aid; Actionaid; Ministério de Desenvolvimento Agrário; Fundação Banco do Brasil; Petrobrás; Universidades federal e estadual do Maranhão; Centro Educacional Colméia; Escolas de ensino fundamental e ensino médio da rede privada de São Luís; e o Centro de Cultura Popular Antônio Vieira Filho (Assema, 2007).

h) Associações apoiadas pela Secretaria Estadual de Agricultura do Estado do Maranhão

A Secretaria estadual de Agricultura do Estado do Maranhão apóia duas associações de quebradeiras de côco, dentro do âmbito do projeto quebra côco. Uma delas está localizada no município de Catanhêde e outra no município de Itapecorumirim. São associações comunitárias com aproximadamente 20 associadas cada uma. Estão em fase inicial de estruturação da unidade de extração de óleo de babaçu.

10. Limites e perspectivas da agricultura familiar na cadeia

Dificuldades encontradas pelas quebradeiras de côco babaçu

A maior parte da amêndoa de babaçu produzida não é comercializada através das organizações ligadas às quebradeiras, mas sim através de intermediários que vendem para as principais indústrias maranhenses. Estima-se que em torno de 300.000 mulheres se envolvam com a quebra do côco babaçu e que destas em torno de 400 estão organizadas para a extração e comercialização do óleo ou produtos obtidos a partir do óleo de babaçu.

A grande maioria das quebradeiras ainda depende dos intermediários com os quais, na maioria das vezes, trocam a amêndoa de babaçu por alimentos/mantimentos que não produzem (sal, açúcar, etc.). Daí decorre que os intermediários, cantinas e pequenos comerciantes, beneficiam-se duas vezes, com a compra do babaçu e a venda dos mantimentos e alimentos necessários às famílias.

Uma questão importante, e que coloca dificuldades às quebradeiras, diz respeito à posse ou propriedade da terra. A tabela 11 indica que em 1995/96 apenas 16,1% da produção

de amêndoa era obtida por quebradeiras que tinham a propriedade da terra; 22,6% por quebradeiras que pagavam arrendamento; 6,1% em sistemas de parceria; e, a maior parte, 55,2%, por quebradeiras que se encontravam na condição de ocupante.

Tabela 11 - Maranhão: Distribuição da quantidade de amêndoa de babaçu produzida segundo a condição de produtor.

	Quantidade produzida (ton)	Participação (%)
Proprietário	18.377	16,1
Arrendatário	25.837	22,6
Parceiro	7.011	6,1
Ocupante	63.162	55,2
TOTAL	114.387	100

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

De acordo com o MIQCB e a ASSEMA, apesar da aprovação da Lei do Babaçu Livre em cinco municípios, que permite o livre acesso aos babaçuais, mesmo em áreas privadas, as quebradeiras ainda possuem dificuldades no acesso. Outras dificuldades citadas pelas entidades são: a grande variação dos preços entre a safra entressafra e a falta de políticas que ajudem viabilizar o aproveitamento integral, o beneficiamento e a comercialização do babaçu.

Os projetos das organizações ligadas às quebradeiras de côco babaçu

As organizações ligadas às quebradeiras de côco, já citadas, possuem diversos projetos que buscam preservar a atividade das mesmas, incrementar a renda familiar e preservar os recursos ambientais da região dos babaçuais. Os principais projetos por que lutam são:

- Criação de leis estaduais para preservar os babaçuais, evitar a queima do côco inteiro na produção de carvão e garantir o acesso das quebradeiras aos babaçuais em áreas privadas (babaçu livre);
- Aprovação do projeto de lei “Babaçu Livre” que se encontra na Câmara Federal;
- Inclusão de representante das trabalhadoras na Câmara Setorial do óleo;
- Incentivos Fiscais para facilitar que as organizações ligadas às quebradeiras possam acessar outros mercados (estadual e nacional);
- Criar mecanismos para evitar a sazonalidade de preços entre a safra e entressafra;
- Viabilizar o aproveitamento integral do côco de babaçu, estimulando pequenas unidades industriais e novos produtos;

- Desenvolver tecnologias socialmente adequadas e economicamente viáveis.

Um estudo importante de ser desenvolvido é sobre a viabilidade de incluir as áreas de babaçu como áreas de seqüestro de carbono, previstos nos protocolos internacionais. Poderia ser uma alternativa de renda importante às famílias da região, mas o processo necessita ser mais bem estudado e debatido com as organizações sociais envolvidas e que apóiam as quebradeiras de côco babaçu.

Referências bibliográficas

Aboissa Óleos Vegetais. **Apresentação da Empresa**. Disponível em www.aboissa.com.br. Acesso em abril de 2007.

Almeida, A. W. B et al. **Economia do Babaçu: levantamento preliminar de dados**. MIQCB/ Balaio Typographia. São Luís, 2001.

Almeida, A. W. B. **Quebradeiras de Côco Babaçu: Identidade e Mobilização. II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu**. São Luís, 1995.

Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão – ASSEMA. **Apresentação e documentos da Assema**. Disponível em www.assema.org.br. Acesso em maio de 2007.

FAO. **Detailed World Agricultural Trade Flows**. Disponível em <http://faostat.fao.org>.

Ferreira, M. E. M. **Modelos Log-normal e Markoviano para estudo da evolução de abundância em uma floresta de babaçu**. Dissertação apresentada ao Mestrado em Engenharia de Produção da UFSC. Florianópolis, 1999.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2005**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em março de 2007.

IBGE. **Produção Extrativa Vegetal 2005**. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em março de 2007.

INCRA/FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Disponível em www.incra.gov.br/sade. Acesso em março de 2005.

Ministério da Indústria e Comércio. **Mapeamento e levantamento de potencial das ocorrências de babaçuais**. MIC/SIT. Brasília, 1982. Apud: Almeida, A. W. B. Quebradeiras de Côco Babaçu: Identidade e Mobilização. II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu. São Luís, 1995.

Oilworld. **Dados estatísticos**. In: Pensa/ USP. Reorganização do Agronegócio do babaçu no Estado do Maranhão. USP, 2000.

Oleaginosas Maranhense S/A. **Apresentação e produtos da empresa**. Disponível em www.oleama.com.br. Acesso em maio de 2007.

Pensa/ USP. **Reorganização do Agronegócio do babaçu no Estado do Maranhão**. USP, 2000.

SECEX/ MDIC. **Exportações brasileiras**. Disponível em <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/>

USDA. **Production, Supply and distribution on line**. Disponível em ww.usda.gov.br, acesso em 28 de maio de 2007.

Entrevistas

1. José Mário Frazão – Secretaria Estadual de Agricultura.
2. Amélio Ghelen - Secretaria Municipal de Agricultura do município de Catanhede.
3. Wendel de Souza Pereira – FC Oliveira
4. Luis Carlos Pinheiro Peixoto – Oleama
5. Teresinha - Asmubip
6. Valdener Miranda - Assema
7. Henrique Cardias – UFMA.
8. Reunião com quebradeiras de côco dos municípios de Itapecorumirim e Catanhede.

Lista de contatos de entidades, instituições e empresas envolvidas na cadeia do babaçu

	Organizações sociais e instituições	Pessoa contato	Telefone	e-mail	Endereço
1	ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão)	Valdener Miranda	099 3642 2061/ 2152	assemacomercio@ig.com.br	Pedreiras – MA.
2	COPPALJ (Cooperativa dos Pequenos Produtores Agrícolas de Lago do Junco)		099 3642 2061/ 2152	assemacomercio@ig.com.br	
3	Secretaria Estadual de Agricultura	José Mário Frazão	098 3218 9801		São Luís – MA.
4	Grupo de Estudos Rurais e Urbanos (GERUR/UFMA)	Alfredo Wagner Berno da Silva	098 3217-8616	gerur@ufma.br	São Luís – MA.
5	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu - MIQCB		099 3642 2061/ 2152		
6	Projeto Biodiesel - UFMA	Henrique Cardias	098 3217 8201	hcardias@ufma.br	
7	ASMUBIP – Associação das Mulheres Trabalhadoras do Bico do Papagaio – TO.	Raimunda Nonada	063 447 1274		São Miguel – TO.

	Empresas	Pessoa contato	Telefone	e-mail	Localização
1	Óleos Vegetais Maranhão - OLEAMA	Luis Carlos Pinheiro Peixoto	098 3241 1512	oleama@terra.com.br	São Luís - MA
2	FC Oliveira	Wendel	099 3661-5200	wendel07@msn.com	Codó - MA
3	Saponóleo		099 3642-1208		Pedreiras - MA
4	Sabão Princesa		099 3642-2480		Pedreiras – MA
5	Iovesa		099 3642-8028		Pedreiras – MA
6	Indústria e Comércio Mateus		099 3526-9581		Imperatriz – MA
7	Sociedade Industl e Coml de Prod de Limpeza do MA		099 3521-4062		Caxias – MA
8	Imperquyl		099 3525-6758		Imperatriz - MA
9	Aboissa (corretora)		011 3353-3000		São Paulo - SP